

SUBSTÂNCIA, MATÉRIA E ESSÊNCIA NA METAFÍSICA DE ARISTÓTELES

Rodrigo Jungmann

Doutor em Filosofia

Professor adjunto do DFL/UFS

Resumo: Neste artigo, empreendemos um estudo da categoria aristotélica de substância, com o intuito de dirimir certas ambivalências no uso do vocábulo 'substância' em Aristóteles e de explicar no que se origina a substancialidade das coisas componentes do mundo físico. Em seguida, tratamos de lançar alguma luz sobre a prioridade comparativa da matéria e da essência na Metafísica de Aristóteles. Essa tarefa é levada a cabo com uma análise dos tipos de prioridade que podem ser invocadas no tratamento da questão.

Palavras-chave: essência, matéria, substância.

Abstract: In this paper, I inquire into the Aristotelian category of substance, aiming at disposing of certain apparent ambivalences in the use of 'substance' by Aristotle and at explaining what it is that accounts for the substantiality of the physical world's component items. In what follows, I attempt to cast light on the comparative priority of matter and essence in Aristotle's Metaphysics. This task is carried out by means of an analysis into the sorts of priority that may be invoked in connection with this subject.

Keywords: essence, matter, substance

Quais são as coisas às quais os termos 'matéria', 'essência' e 'substância' se aplicam na metafísica aristotélica? Na primeira seção deste artigo, buscaremos compreender como tais termos são usados por Aristóteles. Na seção final, nossa investigação terá por objeto o sentido em que se podem atribuir prioridade comparativa às noções de matéria, essência e substância na obra aristotélica.

1

Convém que nossa investigação comece com uma pergunta de formulação bastante simples: O que são substâncias para Aristóteles?

Num sentido nada informativo, pode-se dizer que já temos a resposta para a nossa questão, visto que substâncias podem ser definidas como os componentes ontologicamente fundamentais da realidade. A idéia por trás desta definição é a de que ao explicarmos no que consiste a existência das substâncias, não precisamos nos referir a uma explicação prévia da existência dos componentes não-substanciais da realidade, mas que o converso não é verdadeiro: não podemos aclarar a existência de componentes não-substanciais de uma forma que não seja dependente de uma explicação prévia da existência de substâncias.

Em suas *Categorias*, Aristóteles leva a cabo uma investigação do *status* lógico da categoria de substância. O pertencimento a esta categoria está restrito àquelas entidades que não podem ser predicadas de nenhuma outra coisa, mas que podem ser os sujeitos lógicos da predicação. Isso nos deixa com as coisas particulares do mundo, tais como *um* homem em particular, *um* cavalo, *uma* mesa, e assim por diante. Estes entes particulares são as substâncias primárias das primeiras investigações ontológicas de Aristóteles. Devem ser distinguidos de substâncias secundárias como homem, cavalo e animal, que demarcam as espécies e gêneros aos quais pertencem as substâncias particulares. Também deve ficar claro seu contraste com os atributos não-substanciais, que, por seu turno, delas podem ser predicados. Tais atributos são tão variegados quanto as restantes categorias propostas por Aristóteles, que englobam as de tempo, lugar, qualidade, entre outras. Ora, a existência de tais atributos é ontologicamente dependente da existência das substâncias das quais são atributos. Para Aristóteles, a existência da cor vermelha é dependente da existência de substâncias com esta cor.

Há controvérsias quanto a questão de saber se as teses iniciais de Aristóteles sobre que tipo de coisas podem ser tratadas como substâncias são preservadas na sua *Metafísica*. Contudo, existem ao menos alguns indícios de que este é o caso. Examinando as distintas formas pelas quais se pode falar das coisas, Aristóteles, no Capítulo 1 do Livro Zeta, salienta um contraste que nos traz à memória aquele apresentado nas *Categorias* – o contraste entre a categoria de substância e as demais categorias:

Por um lado, significa o que uma coisa é e um isto, e pelo outro de que qualidade ou quantidade ou qualquer das outras coisas assim predicadas. Mas embora do que é se fale assim destas várias formas, é claro que a coisa primária que existe é o que a coisa é, o que significa sua substância. (1028a12-14).*

O uso idiomático de “um isto” indica que Aristóteles tem em mira entidades que podem ser apontadas e individuadas, o que sugere que ele tem substâncias primárias em mente, visto que as substâncias primárias podem ser individuadas desta forma. Por outro lado, vale notar que ‘o que uma coisa é’ parece ser o mesmo que sua substância. Com efeito, Bostock (1994) assinala que Aristóteles freqüentemente emprega ‘o que é uma coisa’ como um rótulo para designar substância. E, se ‘o que é uma coisa’ ou sua substância é o que obtemos como resposta à questão ‘O que é isso?’ indagada a respeito de alguma substância, é de se esperar que a resposta nos dê uma explicação de porque a substância primária em questão é a coisa que é. Embora devamos admitir que Sócrates é uma substância, isso não implica dizer, como bem Bostock, que a resposta ‘É Sócrates’, que apenas nomeia uma substância primária, deva valer como uma resposta apropriada para a questão ‘O que é isso?’, indagada a respeito de Sócrates. Em vez disso, pretendemos saber no que consiste o fato de Sócrates ser a substância que é.¹

Assim sendo, a investigação aristotélica a respeito da categoria de substância nos livros centrais da *Metafísica* não é apenas uma tentativa de chegar a uma lista dos itens cuja natureza os põe no rol das substâncias. (Neste particular, os comentários no começo do Capítulo 2 de Zeta, e a ênfase biológica da obra de Aristóteles deixam claro que as coisas vivas e os corpos naturais são para ele as substâncias paradigmáticas). O objetivo principal de Aristóteles é mostrar no que consiste a substancialidade de sejam quais forem as substâncias.

Com este fim, Aristóteles passa a avaliar os méritos de quatro critérios distintos de substancialidade propostos no parágrafo inicial do Capítulo 3 de Zeta: a substancialidade de uma coisa poderia ser dada por uma de quatro possibilidades: “(a) o que é o ser para a coisa, e (b) seu universal e (c) seu gênero, e, em quarto lugar (d) o que subjaz” (1028b35-36). No restante desse artigo, restringiremos nossa atenção ao primeiro e ao quarto desses critérios, que nos parecem os mais relevantes para a presente discussão.

* São nossas as traduções deste artigo. Para o texto aristotélico, foi usada a versão inglesa de David Bostock (BOSTOCK, 1994)

¹ A aparente oscilação terminológica de não nos deve confundir. Substâncias são os componentes ontologicamente fundamentais da realidade. Aristóteles fala por vezes a respeito da substância de alguma coisa. Nesse caso, o que se tem em mente é o que confere o caráter de substância a alguma coisa. Usamos amiúde a conveniente expressão ‘substancialidade’ para esta acepção de ‘substância’.

Nas *Categorias*, Aristóteles vê as substâncias primárias como sendo os sujeitos da predicação. Além disso, são os tipos de coisas que, uma vez localizadas no espaço e no tempo, podem ser individuadas por atos de ostensivos. Nas palavras de Aristóteles, uma substância primária é 'um isto'. Para seus propósitos nas *Categorias*, não há espaço para, ou reconhecimento de, alguma possibilidade de acrescentar complicações ulteriores de decompor tais particulares em termos de matéria e forma. Graham (1987) argumenta que foi a análise do movimento e da mudança no primeiro livro da *Física* que levou Aristóteles a formular a visão de que as substâncias são compostas de matéria e forma, visão esta que o levou a abandonar o particularismo atomístico de sua primeira ontologia. Seja como for, é patente que Aristóteles busca encontrar um papel adequado tanto para a matéria quanto para a forma em sua *Metafísica*.

Ao avaliar 'o que subjaz' como uma possível explicação do que confere às coisas sua substancialidade, Aristóteles explora as conseqüências da introdução da distinção entre matéria e forma. Se o sujeito lógico subjacente é em si insuscetível de análise ulterior, há um risco perfeitamente real de que seja um substrato amorfo do qual todos os atributos são predicados, mas que não é predicado de nada mais. Se for esse o caso, o sujeito subjacente seria a matéria, que, no contexto da *Metafísica* vem a ser a *matéria primeira*, uma realidade de todo indefinida. Todavia, nesse caso, tal critério para a substancialidade se mostra falho, porque a matéria carece de 'separabilidade' e 'ostensividade', que Aristóteles vê como traços essenciais da substância. Uma substância possui ostensividade se for algum ente que pode ser distinguido dos demais e ser o sujeito re-identificável da mudança. A noção de separabilidade é o obscura, mas é plausível a sugestão de Bostock de que a separabilidade de uma substância consiste em ser ela 'separável em definição'. Isso implicaria dizer que ao definirmos substâncias não precisamos de "nenhuma outra coisa, sem a qual a coisa definida não possa existir" (Bostock, 1984, p. 82).

Tendo concluído que a matéria de uma coisa não nos pode fornecer uma explicação correta do que confere à coisa sua substancialidade, Aristóteles prossegue descartando o composto de forma e matéria, que ele julga "posterior e claro" (1029a31-32), significando presumivelmente que o composto é posterior no plano explanatório para a caracterização da substancialidade de uma coisa. Com isso, Aristóteles ainda tem na forma um possível candidato para seja o que for que confere a uma coisa seu caráter de substância.

Aristóteles promete uma discussão do conceito de forma no Capítulo 3, mas na realidade os Capítulos de 4 a 12 são voltados para um exame da essência como critério. Uma possível explicação para a aparente incongruência é a de que, como propõe Bostock, na discussão que segue Aristóteles "simplesmente trata forma e essência como idênticos" (BOSTOCK, 1984, p. 71). Com efeito, há indícios de tal identificação em passagens de Zeta tais

como “Há partes da forma. i. e. o-que-é-o-ser [essência], e do todo composto de forma e matéria e da própria matéria” (1035b31-33).

É sabido que Aristóteles não dispõe de uma palavra específica para ‘essência’. No lugar disto, ele se propõe a discutir, em passagens como a supracitada, ‘o-que-é-o-ser’ de uma coisa. Ao dizer que “o seu ser é o que você é de forma autônoma” (1029b19), Aristóteles está enfatizando o ponto intuitivo de que ao usarmos uma definição destinada a fornecer a essência de uma coisa, não devem ser feitas quaisquer referências a aspectos acidentais que a coisa possa possuir.

Destarte, embora se possa fornecer uma definição ou fórmula puramente verbal de ‘homem pálido’, esta fórmula não expressaria a essência de uma substância, visto que ser pálido não é parte da essência de um homem porventura pálido. Se tal homem adquirisse um bronzado, ele não deixaria de ser o mesmo homem que era antes. Aristóteles também argumenta que uma expressão composta como ‘homem pálido’ carece da necessária ostensividade que, como vimos, é peculiar aos verdadeiros termos a serem usados para individuar substâncias. Certamente, isso se deve ao fato de que um homem não é individuado, ou identificável *qua* homem pálido, mas simplesmente *qua* homem.

Assim como o nome ‘Sócrates’, ao designar uma substância primária, não o faz de uma forma que nos mostre o que faz de Sócrates a substância que ele é, assim também ‘o homem pálido’ pode designar uma substância primária e, no entanto, fazê-lo de uma forma que não revela o que é peculiar à substância em questão.

Como salienta Barnes (1995, p. 90), Aristóteles insiste em que uma substância seja ‘um isso’, mas também se mostra atento ao fato de que uma explicação mais detalhada é necessária. A natureza das substâncias também deve ser passível de ser exposta de maneira que as mostre como objetos cognoscíveis. Não basta que substâncias sejam tratadas como objetos particulares individuados por ostensão. É também necessário que ao chamarmos atenção para uma substância o façamos por meio de um termo substancial apropriado, que nos dê uma definição do que é ser a substância em questão. Exige-se que as substâncias sejam individuadas como particulares. Contudo, também devem ser individuadas no plano das definições. No dizer de Barnes:

Esta é a questão: uma substância é tudo que possa ser referido com uma locução apropriada da forma “Esse tal-e-tal.” ou “Esse F”; e esta forma de referência é aquela que individua a substância *como* substância. De imediato, podemos ver a força da expressão; pois seguramente o adjetivo demonstrativo “este” atende à primeira das demandas impostas por Aristóteles para as substâncias, ao passo que o predicado posticho “tal-e-tal” ou “F” atende à segunda. (BARNES, 1995, p. 91).

Quando se trata de homens individuais, como Sócrates e Callias, Aristóteles parece haver concluído, ao menos consoante uma certa interpretação, que sua essência comum é a essência da espécie humana a que ambos pertencem. Ao usar um termo referente à espécie para referir objetos naturais, fazemo-lo de um modo preferível ao que adotaríamos se empregássemos outros termos que, embora aptos a individuar os mesmos objetos, fazem-no de um modo que se pode mostrar passível de ser expresso num tratamento com o uso de termos para espécies. Diz-nos Ackrill (1981, p. 121) que “um herói é um homem corajoso, e se tivermos ‘homem’ e ‘bravura’ no nosso inventário, podemos omitir ‘herói’. E o mesmo vale para ‘alfaiate’, ‘genitor’ e ‘rei’.

Há várias razões pelas quais a linha entre termos básicos e dispensáveis deve ser traçada onde é traçada, mas o dado mais importante para Aristóteles reside no fato de que ‘homem’ designa uma espécie biológica real. Numa das formulações favoritas de Aristóteles, lemos “o homem gera o homem” (BOSTOCK, 1994, p. 121). Considerações análogas se aplicam às plantas e aos animais. (Deve-se dizer, contudo, que pelo que respeita a indivíduos em particular, há um ponto de acesa controvérsia entre os intérpretes de Aristóteles. Trata-se de determinar se Aristóteles admitiria a possibilidade de existir a essência de um homem em particular, digamos, a essência particular de Sócrates.).

Já no que diz respeito a artefatos, indicar a essência de uma coisa claramente não pode ser o mesmo que identificar a espécie a que pertence. Por esse motivo, um tratamento adequado da essência dos artefatos deve ser fundamentalmente diverso daquele com que nos deparamos no caso dos objetos naturais.

2

Para a análise de qualquer dado objeto do mundo físico, podemos indagar quanto à prioridade de sua matéria, de sua essência ou substância. Impõem-se aqui respostas distintas a depender do tipo de prioridade em questão. Isso se dá porque a prioridade pode ser considerada sob o aspecto ontológico, epistêmico ou ainda temporal.

Visto que temos em mente a substância *de* uma coisa – o que explica sua substancialidade – não há problema em tomar a substância, no que concerne a essa acepção do vocábulo ‘substância’, como idêntica à essência. Com efeito, parece-nos que é essa a tendência do argumento de Aristóteles no Capítulo 6 de Zeta.

Resta-nos ver que formas de prioridade ontológica relativa são cabíveis no tratamento da essência e da matéria de uma substância primária. Claramente, os argumentos já considerados indicam que Aristóteles confere primazia à essência no que toca à determinação do que faz de alguma a coisa o *tipo* de coisa que é. A primazia, nesse sentido, é de natureza ontológica.

O que distingue os constituintes materiais integrantes do corpo de um ser humano dos mesmos constituintes encontrados alhures no universo? O fato de terem adquirido uma certa estrutura, por instanciarem a essência de um ser humano.

Aristóteles é explícito em sustentar que a essência tem uma prioridade *na definição*, de que a matéria carece: “Pois vimos que a fórmula de uma substância não conterà aquelas partes que são partes como o são as da matéria – que de fato não são em absoluto partes *dessa* substância, mas da substância que é o todo composto” (1037a25-26). Tendo dito isto, ele acrescenta no mesmo parágrafo: “Pois a substância é a forma que está na coisa, e o todo composto disto e da matéria é chamado de substância em razão disto”. Resulta claro então que a substancialidade de uma coisa é dependente de ter a forma ou essência que tem. A matéria de uma coisa não está – numa perspectiva ontológica – no mesmo plano que a essência, pois, como assinala Aristóteles, “coisas que são como a matéria, ou tomadas juntamente com a matéria, não são o mesmo que o que é o ser para elas” (1037b4-5). E o fato de que a definição diz respeito à essência é uma vez mais evidente no Capítulo 1 de Eta: “E visto que o que o ser é é substância, ao passo que uma definição é uma fórmula do que o ser é, discutimos a definição e o ser em sua autonomia” (1042a17-19).

Em outras partes, Aristóteles deixa claro que a essência também tem prioridade epistêmica. O aspecto intuitivo não é de difícil compreensão. Se entendermos o que *faz* de um homem em particular um membro da espécie humana – sua essência, em suma – é razoável dizer que o conhecemos mais plenamente do que seríamos capazes se todo o conhecimento que dele tivéssemos dissesse respeito às suas características acidentais, digamos, o fato de ser ele um alfaiate. No Capítulo 6 de Zeta, Aristóteles afirma que “o conhecer uma coisa é tão somente o conhecer o que o ser é para ela, de modo que mesmo pela apresentação de casos deve seguir-se que os dois são um e o mesmo” (1031b20-21).

Resta-nos indagar se a essência ou a matéria tem prioridade temporal na explicação do devir das coisas. As teses de Aristóteles quanto ao devir das coisas, tanto naturais quanto artificiais, são explicitadas no Capítulo 7 de Zeta.

Os seus comentários sobre a geração no capítulo mencionado mostram que não há resposta simples quanto à prioridade relativa da essência e da matéria. Afinal, é patente que Aristóteles via tanto a essência quanto a forma como não criadas, do que nos darão mostras algumas citações: “Portanto, como dito, uma coisa não poderia tornar-se real se nada existisse previamente. De fato, é claro que alguma parte deve necessariamente estar presente, visto que a matéria de uma coisa é uma parte dela (tal como presente nela), e que é isto que se torna a coisa” (1032b30-1033). Isto parece implicar que a matéria de uma coisa tem precedência sobre sua forma ou essência. Contudo, o Capítulo 8 mostra claramente que essa seria uma

conclusão apressada: “Mas assim como o bronze que subjaz não é ele mesmo produzido, também não o é a esfera (salvo coincidentemente, no sentido de que a esfera de bronze é produzida e a esfera de bronze é uma esfera)” (1033a28-31).

Vê-se, assim, que tanto a essência (ou forma) e a matéria de uma coisa têm prioridade *vis-à-vis* a própria coisa, a qual é um composto de essência e matéria. Mas isto não significa dizer que a prioridade seja em cada caso de idêntica natureza.

O quadro que emerge é o de que, na busca de determinar a prioridade relativa da essência ou da matéria de uma coisa, chegemos a respostas distintas, a depender da perspectiva adotada. Se nosso interesse fundamental é dar conta da causa material de um corpo natural ou de um artefato, a prioridade será naturalmente conferida à sua matéria. Se, por outro lado, o interesse primário for o de explicar a forma por ele assumida, ter-se-á a essência como tendo prioridade.

Destarte, as partes materiais de uma casa já existem antes que a própria casa exista, e podem ser legitimamente invocadas numa explicação da constituição material da casa. Mas não é menos verdadeira que forma ou essência da casa existe antes que a casa exista, já que, como nota Aristóteles, “As coisas produzidas pela habilidade são aquelas cuja forma está na alma de quem as produza (e por forma entendo o que o ser é para cada coisa e sua substância primária)” (1032a32-33).

Considerações análogas, mas não exatamente idênticas, são pertinentes à explicação de Aristóteles para a geração de corpos naturais. A forma de um homem ainda não nascido está na semente de seu pai, sendo assim anterior no tempo ao homem que adquirirá a forma. Mas se nosso interesse principal for pela constituição material do homem crescido, a teoria aristotélica confere prioridade ao fluido menstrual da mãe, a matéria, segundo Aristóteles, já presente à concepção, da qual o homem virá a ser.

Aristóteles fornece um tratamento mais completo, e algo diferente, desta temática no Livro Teta da *Metafísica*, em que uma discussão da prioridade temporal da matéria ou da forma se vale das noções de potencialidade e atualidade. Pode-se dizer que a potencialidade está para a atualidade assim como a matéria está para a forma. A matéria tem a potencialidade de adquirir uma certa forma. E é apenas em adquirindo tal forma que a matéria é plenamente atualizada. Olhando-se para a questão desse ponto de vista, também segue que a matéria pode ter prioridade temporal num sentido, mas ser posterior em outro. A existência de um membro meramente potencial de um tipo natural, por exemplo, o ser humano em potência prefigurado no embrião, é dependente da existência prévia de um membro do mesmo tipo, o homem adulto, cuja forma já está atualizada. Mas também é verdade, pelo que respeita ao embrião, que é matéria não atualizada, que ainda adquirirá a forma de um homem. Nas palavras de Aristóteles:

No tempo, ela [a atualidade] é anterior neste sentido: o membro atual de uma espécie é anterior ao membro potencial da mesma espécie, embora o indivíduo seja potencial antes de ser atual. Quero dizer que a matéria e a semente e aquilo que é capaz de ver, que são potencialmente um homem, e o milho e a visão, mas ainda não o são em atualidade, são anteriores no tempo a este homem em particular que agora existe em atualidade, e ao milho e ao objeto dotado de visão; mas são posteriores no tempo a outras coisas existentes em atualidade, das quais foram produzidos. Pois do potencial o atual é sempre produzido por uma coisa atual, e. g. homem por homem, músico por músico; há sempre um primeiro motor, e o motor já existe em atualidade (1049b19-26).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACKRILL, J. L. *Aristotle the Philosopher*. Oxford: Oxford University Press, 1981.

BARNES, Jonathan (ed.) *The Cambridge Companion to Aristotle*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

BOSTOCK, D. (trad.) *Aristotle, Metaphysics Books Zeta and Eta*. Oxford Clarendon Press. 1994.

GRAHAM, Daniel. *Aristotle's Two Systems*. Oxford: Clarendon Press, 1987.

